

# **O BRINCAR NA PRIMEIRA INFÂNCIA: IMPACTOS BIOPSIKOSSOCIAIS E SEU POTENCIAL NA SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL.**

*Alessandra Almeida de Oliveira<sup>1</sup>*

*Leticia dos Santos Torrilhas<sup>2</sup>*

*Thomaz Ademar Nascimento Ribeiro<sup>3</sup>*

## **Resumo**

O presente estudo investiga as contribuições do brincar para o desenvolvimento biopsicossocial infantil e seu potencial na superação da desigualdade social. A pesquisa utiliza revisão bibliográfica com abordagem qualitativa e evidencia como o ato de brincar promove a criatividade, a socialização e o aprimoramento da linguagem sob a ótica da Psicologia Infantil. No entanto, diante da base de dados consultada, observa-se uma carência literária quanto ao tema relacionado ao uso do brincar como ferramenta estratégica para a equidade social. Os resultados indicam que, além de favorecer o desenvolvimento cognitivo e emocional, o brincar pode atuar como um mecanismo de inclusão e redução das desigualdades. Assim, conclui-se que sua valorização nas políticas públicas e práticas educacionais é essencial para garantir o direito à infância e ampliar oportunidades de desenvolvimento.

## **Palavras-chave**

Brincar; Desenvolvimento Infantil; Psicologia Infantil; Inclusão social; Equidade educacional.

## **Abstract**

The present study investigates the contributions of play to children's biopsychosocial development and its potential in overcoming social inequality. The research employs a qualitative literature review and highlights how play fosters creativity, socialization, and language development from the perspective of Child Psychology. However, based on the consulted database, a literary gap is observed regarding the use of play as a strategic tool for social equity. The results indicate that, in addition to promoting cognitive and emotional development, play can serve as a mechanism for inclusion and the reduction of inequalities. Thus, it is concluded that its recognition in public policies and educational practices is essential to ensure children's rights and expand development opportunities.

## **Keywords**

Play; Child development; Child psychology; Social inclusion; Educational equity.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Psicologia do UNIVAG.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Psicologia do UNIVAG.

<sup>3</sup> Professor Orientador do curso de Psicologia do UNIVAG.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca destacar as contribuições do brincar na primeira infância e aborda como essas atividades lúdicas promovem o desenvolvimento biopsicossocial infantil, por intermédio do arcabouço teórico da Psicologia do Desenvolvimento na figura de teóricos como Vygotsky e Wallon. A Psicologia do Desenvolvimento é uma ciência que estuda as mudanças que as pessoas experimentam ao longo da vida, com o objetivo de compreender como e por que as pessoas se transformam ao decorrer da existência, considerando os aspectos biopsicossociais do desenvolvimento humano.

Partindo do princípio de investigar como o desenvolvimento ocorre em diversas culturas, considerando que ele sempre acontece em relação a algum contexto. Dessa forma, o estudo desse processo será pensado a partir da interação entre componentes genéticos e adquiridos na determinação do comportamento do indivíduo como um sistema biológico, psicológico e social, inserido em um contexto sociocultural. Analisar diferentes contextos em que ocorre o desenvolvimento humano torna possível compreender como tarefas básicas do desenvolvimento, como os cuidados parentais e o brincar, são solucionados de diferentes maneiras diante de condições culturais e ecológicas específicas (Keller, 2013).

A psicologia do desenvolvimento partir do entendimento de que desde o início da vida, na mais tenra infância até ao longo de todas as etapas da existência é possível ampliar a percepção dos diversos atravessamentos, proporcionando maior compreensão dos aspectos biológicos, sociais, psicológicos e culturais presentes no processo de desenvolvimento humano. Dentre estes aspectos o componente cultural é preponderante e deve se ater a sua influência na subjetividade humana (Gardiner et. al., 2011 apud Gomes, 2018).

A partir disto temos o entendimento que o brincar é um potente mecanismo de interação da criança com o mundo externo. O brincar faz-se presente na mediação simbólica da criança e isso possibilita a internalização psíquica no sujeito e a dimensão cultural é fator chave que configura esse processo de constituição da subjetividade (Vygotsky, 1998)

Concordamos com Silva (2013) que o brincar pode colaborar para a superação da desigualdade social, proporcionando maiores oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. Diante disso, nos debruçamos a respeito dos impactos biopsicossociais do brincar como estratégia fundamental para a superação e o enfrentamento das desigualdades sociais, uma vez que observamos a importância dessas práticas nas instituições educacionais de rede pública voltadas à primeira infância.

Para Vygotsky (2006) a vivência possui um aspecto biopsicossocial que revela a relação entre a personalidade da criança e o meio, e coloca o conceito de vivência como uma unidade que incorpora o interno e o externo.

Wallon (2005) afirma que a cultura do brincar na primeira infância, na fase dos três aos cinco anos de idade, é onde se promove com maior centralidade o crescimento biopsicossocial das crianças, que proporciona um espaço de aprendizagem, exploração e interação com outras crianças de maneira significativa, auxiliando assim na construção de relacionamentos interpessoais.

Na perspectiva biopsicossocial, Vygotsky (1998) enfatiza que o brincar oferece uma série de impactos positivos para o desenvolvimento infantil. Biologicamente, ele contribui para o desenvolvimento motor e cognitivo, ajudando na coordenação motora, na percepção e na resolução de problemas. Psicologicamente, promove a autoestima, a autoconfiança e a capacidade de lidar com emoções e frustrações, permitindo assim que as crianças experimentem e expressem suas emoções e construam uma autoimagem de si. E socialmente, ensina habilidades de comunicação, cooperação e empatia, sendo essenciais para a formação de um ser humano sociável.

Na Psicologia, em geral o modo de entender a criança, identificar questões emocionais e conflitos é a partir das atividades lúdicas e observação do comportamento, já que elas não possuem uma linguagem verbal completa para expressar os seus sentimentos de maneira direta ao psicoterapeuta. A fase de um aos quatro anos é crucial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, sendo o brincar uma atividade central nesse processo. É no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de uma esfera visual externa, dependendo das motivações e tendência internas, e não pelos incentivos fornecidos pelos objetos externos (Vygotsky, 1998).

Em suma, o brincar na primeira infância desempenha um papel crucial no desenvolvimento biopsicossocial das crianças oferecendo oportunidades de aprendizagem, interação e crescimento. Além de contribuir para a construção de habilidades interpessoais essenciais para a vida em sociedade, analisando a influência do brincar nas questões biopsicossociais do indivíduo é possível obter uma visão integrada dos aspectos biológicos, psicológicos e sociais envolvidos no desenvolvimento infantil. Assim, podemos compreender socialmente a visão e a importância que o brincar tem e como isso pode influenciar políticas públicas e práticas educacionais que promovam ambientes mais favoráveis ao desenvolvimento da criança.

A escolha do tema também é motivada pelo interesse em aprofundar nossos conhecimentos na área da Psicologia do desenvolvimento humano infantil. A realização deste estudo será uma oportunidade valiosa para adquirir prática e compreensão sobre a importância do brincar no desenvolvimento das crianças, com vistas a explorar e entender os diversos fatores que influenciam esse desenvolvimento, assim, este trabalho nos permitirá contribuir para essa área do conhecimento.

## **CAMINHO METODOLÓGICO**

Foi realizado uma revisão integrativa da literatura, em que se procedeu uma busca na plataforma de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) com a chave de busca “brincar infant\* contribuiç\* socia\*<sup>4</sup>”. Com essa pesquisa foi recuperado um total de 59 artigos, que após a realização dos critérios de triagem e de seleção 6 foram identificados como pertinentes ao objetivo do presente trabalho. O intuito da busca era compreender e mapear a produção acadêmica relacionada ao tema: “brincar como ferramenta de rompimento de barreiras socioeconômicas”, com ênfase na relevância do ato de brincar e em seu potencial como instrumento significativo para a superação das desigualdades sociais.

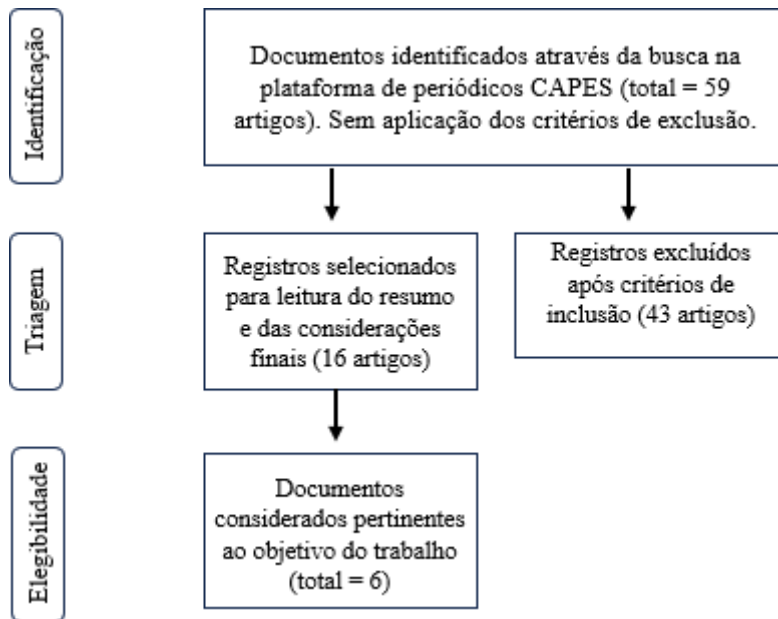
Utilizamos como critérios de inclusão os estudos publicados nos últimos dez anos, compreendendo o período de 2016 a 2025, priorizando aqueles que abordaram, tanto no resumo quanto nas considerações finais, o tema do brincar e sua relevância na superação de barreiras socioeconômicas. Assim como, aqueles que pontuavam sobre a importância da brincadeira no desenvolvimento biopsicossocial da criança. Simultaneamente, excluimos artigos duplicados, estudos com mais de uma década de publicação e aqueles que se mostravam distantes do objetivo principal do trabalho, garantindo a relevância e atualidade das análises realizadas.

O resultado da busca mencionada acima pode ser visualizado na figura 2, onde se notam as etapas que compõem a descrição do processo de seleção das obras, conforme nossos critérios de inclusão e de exclusão elencados e já descritos no método.

Figura 1 – Processo de seleção da literatura acadêmica sobre o brincar.

---

<sup>4</sup> O asterisco (\*) foi utilizado como recurso de truncagem para ampliar os resultados da pesquisa, permitindo recuperar variações dos termos buscados. Dessa forma, ‘infant\*’ abrange palavras como ‘infantil’ e ‘infância’, ‘contribuiç\*’ inclui ‘contribuição’ e ‘contribuições’, e ‘socia\*’ contempla ‘social’ e ‘sociais’.



Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

A seguir, são apresentados os artigos selecionados para a pesquisa, organizados de acordo com os critérios estabelecidos. O quadro 1 reúne informações indispensáveis, incluindo título, autores, revista científica, ano de publicação e principais temas. Essa sistematização permite visualizar de forma clara e objetiva os achados que fundamentam esta investigação.

Quadro 1: artigos encontrados após adotados critérios de inclusão e exclusão.

TÍTULO	A infância, o brincar e a educação infantil: um olhar da sociologia da infância.	Jogos, o lúdico e a importância do brincar no processo de aprendizagem na educação infantil.	Lúdico e a interculturalidade para a inclusão: uma etnografia junto a indígenas Warão em Belém-PA.	A cultura infantil ribeirinha: o brincar no cotidiano de Arraiol/Bailique-AP.	A importância do brincar na educação infantil.	As brincadeiras no ensino-aprendizagem na educação infantil.
AUTORES	Lucina Cristina Pupo Martins e Yara R. de La Iglesia	Vanusia Rodrigues da Silva e Marcel Pereira Pordeus	Karem Rafaela Rocha Ribeiro, Lucília da Silva Matos e Wellington da Costa Pinheiro	Priscilla Pantoja do Nascimento Brandão e Ângela do Céu Ubaiara Brito	Ângela Cristina Pereira da Silva	Joanilde da Silva et al.
REVISTA CIENTÍFICA	CAU – Caderno Acadêmico Unina	Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação	Habitus	CORE	Even. Pedagóg.	Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação
ANO	2022	2021	2023	2018	2019	2022
TEMAS PRINCIPAIS	Aborda a evolução histórica e cultural da percepção da infância e do brincar.	Explora o papel das atividades lúdicas no aprendizado infantil.	Analisa o brincar como ferramenta para inclusão social.	Investiga as práticas lúdicas no contexto ribeirinho.	Aborda como as brincadeiras exercem papel significativo no desenvolvimento biopsicossocial da criança.	Reforça o brincar como atividade essencial para o desenvolvimento da criança.

Fonte: elaborado pelas autoras, 2025.

Após a seleção dos artigos que atenderam aos critérios estabelecidos, procedemos com a leitura integral e a análise detalhada de cada um deles. Realizamos uma resenha de cada documento, destacando elementos essenciais como o título, os autores, o tema abordado, os objetivos propostos, os métodos empregados e os principais resultados apresentados. Esse processo permitiu uma compreensão aprofundada de cada estudo e a identificação de aspectos convergentes e complementares, os quais enriqueceram as reflexões e fundamentaram as discussões desta pesquisa. Segue a seguir, a apresentação dos resultados.

## **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

O artigo de Martins e Iglesia (2022), nos traz o olhar histórico da criança diante de diversas épocas e culturas. Pois, durante muito tempo, foi tratado como um “miniadulto”, sem considerar suas especificidades de desenvolvimento. No entanto, com as mudanças nos campos da filosofia e das ciências sociais, surge a ideia de que uma criança é um ser com características próprias, que merece atenção especial e que deve ser isolada como um indivíduo em processo de socialização e de inserção na sociedade. A criança começa, então, a ser reconhecida como um sujeito de direitos e com necessidades que não podem ser ignoradas.

Esse olhar sociocultural sobre a infância destaca que o desenvolvimento infantil é um processo social e cultural, sendo impossível compreender a criança fora de seu contexto histórico e social. A criança não apenas cresce fisicamente, mas também se desenvolve como um ser social, cultural e simbólico. Relacionando com o artigo de Silva e Pordeus (2021), cabe salientar sobre a cultura lúdica, em particular, o papel fundamental que desempenha nesse processo, sendo o brincar a primeira forma pela qual a criança começa a produzir e reproduzir a cultura em que está inserida. A brincadeira, portanto, não é apenas uma atividade recreativa; ela é uma chave para a construção da identidade cultural da criança.

A infância, ao contrário de uma fase biológica e natural, deve ser vista como uma construção social e cultural. A maneira como uma criança é tratada, como interage com os outros e com o mundo ao seu redor, é determinada por uma série de normas, valores e práticas sociais. Isso faz com que a infância seja uma fase marcada não só pelo seu potencial de desenvolvimento, mas também pela forma como as sociedades criam as condições para que esse desenvolvimento aconteça. A Sociologia da Infância, um campo científico emergente, busca compreender a criança como um sujeito de direitos, que participa ativamente da cultura e da sociedade, e que deve ser considerada em seus processos de socialização e aprendizagem Iglesia e Martins (2022).

O brincar é, portanto, uma das principais formas através das quais a criança experimenta a sua própria cultura e se torna capaz de reproduzir os saberes e práticas dos adultos. A brincadeira, nesse sentido, é um reflexo da vida social e cultural da comunidade, sendo inseparável do processo de aprendizagem e de construção de identidade. A criança não apenas brinca, mas também aprende e transmite valores e símbolos por meio da brincadeira. Ela é um produto ativo de cultura.

Relacionando com o aspecto social e cultural do brincar, cabe destacar que Ribeiro, Matos e Pinheiro (2023) afirmam que o brincar, é enfatizado no lúdico como uma expressão genuína da humanidade, imersa na cultura e presente nos processos de construção da identidade e na formação do ser, surge como uma poderosa ferramenta para fomentar a inclusão. Segundo Huizinga (1993) o lúdico não apenas integra a cultura, mas também oferece uma via de expressão para o ser humano, transcendendo as barreiras do tempo e do espaço, e permitindo a criação de pontes entre diferentes mundos e realidades. Através da brincadeira o indivíduo não só encontra em contato com o seu próprio ser, mas se reinventa no contexto social que habita.

Nikic (1986) reforça que a cultura lúdica é um elo entre gerações, um vínculo invisível que carrega e transmite os valores de um povo preservando e consolidando suas identidades culturais. Para Brougère (2001, p. 45) "Brincar é preciso, é por meio dele que as crianças descobrem o mundo, se comunicam e se inserem em um contexto social", um espaço onde o entendimento do outro começa a ser desenvolvido e onde as dinâmicas podem ser vencidas. É na vivência lúdica que a criança desenvolve a aprendizagem e a vivência.

Como o autor Ribeiro (2023) menciona no artigo, "lúdico e a interculturalidade para a inclusão: uma etnografia junto a indígenas Warão em Belém-PA" que busca analisar as práticas lúdicas presentes na cultura indígena Warao como um canal de estímulo a interculturalidade, que é a busca em contribuir para superar a indiferença e a intolerância perante o "outro", na busca de construir uma visão positiva da diversidade social e cultural, na constituição de possíveis caminhos pedagógicos que levem à inclusão de crianças indígenas a escolas e comunidades. Nesse contexto, a infância e os processos de ensino e aprendizagem não são os mesmos daqueles que ocorriam nas formas de organização antigas, para entendermos a infância entre esses povos indígenas e pensarmos os processos de ensino e aprendizagem, são necessários estudos aprofundados em cultura, história e etnologia indígena. Como os indígenas Warao venezuelanos da etnia, que vivenciam à inclusão de sua cultura dentro das escolas e nas comunidades em que vivem. Buscam em suas práticas a relação com o lúdico ligado aos seus costumes e cultura, como uma linguagem importante que pode promover compreensão, respeito e valores interculturais na perspectiva da inclusão de crianças.

A interculturalidade nesse cenário surge como um caminho para superar a indiferença e a intolerância diante da diferença. Ela propõe a construção de uma visão positiva sobre a diversidade social e cultural, reconhecendo a igualdade de direitos e promovendo um espaço de respeito e convivência entre os diversos. Fleuri (2003) nos lembra que essa perspectiva permite ao sujeito viver sua cultura como um entre muitos outros possíveis, num encontro enriquecedor com o "outro" e na construção de uma educação pautada pela alteridade.

Desde o início da vida, o ser humano está imerso em uma comunidade que carrega em si traços culturais, crenças, valores e práticas que moldam suas percepções da realidade e suas formas de se relacionar com o outro. É no convívio social que ocorre a aprendizagem dessa cultura, e entre as manifestações culturais que mais marcam esse processo está o brincar. Sarmiento (2003) destaca que, embora o lúdico seja um traço essencial das culturas infantis, ele não é exclusivo da infância, mas sim uma característica intrínseca ao ser humano, configurando-se como uma das suas práticas sociais mais profundas e transformadoras.

O lúdico, portanto, se apresenta como uma vivência capaz de quebrar barreiras linguísticas e ultrapassar diferenças socioculturais, unindo pessoas e transmitindo valores. Sua força reside na capacidade de promover a interculturalidade, posicionando-se como um pilar essencial para a inclusão tanto no ambiente escolar quanto na comunidade. A brincadeira e o jogo, ao se inserirem na construção do ser humano, não apenas constroem pontes, mas também cultivam uma compreensão mais rica e profunda do outro, abrindo espaços para a verdadeira convivência.

Elencando a presente temática, com o artigo de Brandão e Brito (2018), que contextualiza a cultura infantil no contexto ribeirinho, mais especificamente na comunidade de Arraiol/Bailique, no estado do Amapá, examina como o brincar se insere na vida das crianças dessa comunidade. A investigação propôs analisar a construção social e cultural do brincar, investigando como jogos, brinquedos e brincadeiras locais são usados para ensinar e perpetuar as tradições culturais dessa região.

A partir de um referencial teórico que combina as ideias de Lev Vygotsky e John Dewey, a pesquisa busca compreender o brincar como um processo de aprendizagem que não ocorre de maneira isolada, mas sim mediado pelas interações sociais e culturais. Vygotsky (1998), em particular, enfatiza que o brincar é uma atividade que faz parte do processo de socialização, sendo a primeira experiência na qual a criança entra em contato com os signos e instrumentos da cultura. Já Dewey destaca que a criança aprende pelo fazer, e o brincar é uma das formas mais puras de engajamento com o mundo e com os outros.

Segundo Brandão (2018), no contexto da comunidade ribeirinha, o ambiente natural, cercado pela rica biodiversidade amazônica, exerce um papel fundamental no desenvolvimento das práticas lúdicas. As brincadeiras infantis muitas vezes refletem os elementos do meio ambiente, como mitos, lendas e implicações locais. Essas práticas são transmitidas oralmente pelos mais velhos, configurando um saber popular que é repassado de geração em geração.

Uma das características mais marcantes da cultura infantil ribeirinha é a utilização de materiais artesanais para a confecção de brinquedos. Em Arraiol/Bailique, muitos brinquedos são feitos de miriti, uma palmeira comum na região amazônica. De acordo com Oliveira (1984), o brinquedo artesanal, produzido de maneira criativa pelas mãos dos adultos da comunidade, carrega um enorme valor social, pois não é apenas um objeto de consumo, mas um símbolo da cultura local. O brinquedo de miriti não é apenas um produto físico, mas uma representação cultural profunda, conectando as crianças à identidade de seu povo, às suas crenças e à sua relação com a natureza.

Os brinquedos feitos de miriti, assim como outros brinquedos locais, são muito mais do que simples objetos lúdicos. Eles servem como instrumentos de socialização, que ensinam às crianças a representar e compreender o mundo ao seu redor. Ao brincar com esses brinquedos, as crianças atribuem significados próprios a esses objetos, reinterpretando-os de acordo com seu contexto cultural. Desta forma, os brinquedos e as brincadeiras tornam-se veículos de aprendizagem social e cultural.

O brincar, no contexto das crianças ribeirinhas de Arraiol/Bailique, está profundamente imerso na cultura local. Não se trata apenas de um passatempo, mas de uma prática que carrega consigo aspectos da vida cotidiana, da religiosidade, das tradições e da relação com a natureza. Como apontam Reis et al. (2014), o uso de materiais naturais para a confecção de brinquedos não é apenas uma questão de funcionalidade, mas também de cultural. O brinquedo, portanto, é visto como uma extensão da vida social da comunidade, um reflexo da convivência com o ambiente natural e das opiniões compartilhadas por todos.

Essa análise, ao mesmo tempo, reforça a ideia de que o desenvolvimento da criança não pode ser compreendido de maneira isolada, mas deve ser visto como parte de um processo histórico-cultural mais amplo, onde a aprendizagem e o brincar são indissociáveis. O brincar, por meio de suas manifestações culturais, é o espaço onde a criança se encontra com sua história e com a sociedade, tornando-se capaz de vivenciar e representar o mundo que a cerca.

Portanto, é importante considerar que a cultura infantil, especialmente a lúdica, é uma das maiores fontes de aprendizado e socialização para uma criança. Ela não é apenas uma fase de desenvolvimento, mas uma construção social e cultural contínua, que exige atenção e

compreensão das dinâmicas sociais que moldam a infância. Ao apoiar e valorizar o brincar, estamos, na verdade, promovendo um desenvolvimento mais amplo, que considere a criança não apenas como um ser biológico, mas como um sujeito ativo em sua trajetória de aprendizado e inserção social.

Silva (2019) em seu artigo, conduziu uma pesquisa qualitativa e descritiva na cidade de Sinop Mato Grosso, com foco na importância do brincar na educação infantil. O estudo foi realizado em uma escola privada com crianças de 4 e 5 anos, utilizando observação direta e entrevistas com professores como métodos de coleta de dados. Os resultados demonstraram que as brincadeiras, especialmente aquelas mediadas por jogos pedagógicos, exercem um impacto significativo no desenvolvimento intelectual, emocional, social e motor das crianças, contribuindo para sua aprendizagem e formação integral.

Alguns aspectos ressaltados pela autora são indispensáveis, dentre eles a contribuição do brincar para a construção do eu e sua identidade. Por meio da brincadeira a criança não apenas explora o mundo ao seu redor, mas também experimenta diferentes papéis sociais e desenvolve sua identidade de forma gradual, permitindo o exercício da autonomia, enfrentando desafios e transformando experiências em aprendizados significativos. Nesse sentido, o brincar se torna uma ferramenta poderosa para a formação integral da criança e a consolidação da sua identidade. Como elencado pela autora, “o brincar contribui significativamente na construção do ‘eu’ como sujeito” (Silva, 2019, p. 61).

De forma breve, Silva et al. (2022) nos fazem refletir novamente sobre a importância das brincadeiras no ensino e desenvolvimento das crianças na educação infantil. Destacando como os jogos, brinquedos e atividades lúdicas influenciam positivamente o aprendizado, estimulando o desenvolvimento psicossocial das crianças. Assim como, também pontuam como o ato do brincar contribui para a construção da identidade infantil e autonomia, citando teóricos de referência para sustentar suas argumentações, como Vygotsky e Piaget. Somando-se a isso, defende que o brincar é um direito garantido por legislações nacionais e internacionais.

O artigo tem como objetivo analisar como as brincadeiras, jogos e brinquedos podem promover o desenvolvimento motor, cognitivo, simbólico, emocional e social das crianças. Também discute a importância de valorizar o brincar no ambiente escolar como um direito garantido e uma ferramenta pedagógica eficaz. Os autores utilizaram uma abordagem teórica reflexiva, fundamentada em teóricos como Vygotsky, Breougere e Kishimoto, conduzindo uma análise explicativa exploratória buscando compreender e discutir, com base na literatura já existente o impacto do brincar no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças na educação infantil.

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **A construção social da infância e as narrativas de defesa dos direitos da criança**

Ao lançarmos um olhar histórico sobre a infância, percebemos como essa etapa da vida foi, por muito tempo, negligenciada e desvalorizada. Durante a idade média, quando os estudos sobre o desenvolvimento humano eram escassos, a infância era desconhecida. Pode-se observar que por muito tempo as crianças eram retratadas e representadas como adultas através de suas vestimentas e atitudes, evidenciando uma indiferença marcante diante do que hoje reconhecemos como necessidades e singularidades infantis Ariés (1986).

Durante o renascimento, a infância era considerada uma fase sem importância, sem um espaço social definido. Devido às precárias condições sanitárias da época, a alta taxa de mortalidade infantil era encarada como algo natural, como se as crianças não tivessem valor para a sociedade. Segundo Ariés (1986), era comum “produzir” várias crianças para conservar apenas algumas, em vista da elevada mortalidade infantil e da luta pela sobrevivência. Assim, recomendava-se à população não se apegar às crianças, isso inclui a não desenvolver vínculos afetivos, essa ideia vem de um pensamento que estava ligada ao modo de ordenação política, econômica e de saúde da sociedade. Como havia muitas doenças decorrentes dos modos insalubres de viver, a taxa de mortalidade infantil era muito alta.

Mas adiante no mercantilismo, começa a possibilidade de crescimento das famílias, no qual se inicia o direito de as crianças irem à escola, no entanto, esse direito só era concebido para a burguesia. A separação entre crianças e adultos se intensifica, marcando a descoberta definitiva da infância na idade moderna. As crianças passam a se vestir de forma distinta dos adultos, deixando de aparecer nuas, nas artes e perante as representações sociais, sendo cobertas surge o costume de registrar a família por meio de fotografias que incluem as crianças, além da prática do batismo, conferindo-lhes maior presença e representatividade na sociedade. Mas, a infância ainda era confundida com o adulto, como se fossem uma fase só (Ariés 1986).

Ao se tratar da infância no Brasil, ao longo da história é possível perceber que a forma como a sociedade vê a criança mudou bastante. Antigamente, ela não era muito diferente do adulto em termos de tratamento ou importância. Com o tempo, porém, passou a ser vista como alguém que precisava de cuidados especiais, por ter características próprias. Mais tarde, a criança também passou a ser vista como uma trabalhadora, principalmente durante o avanço do capitalismo, mesmo que em condições muito difíceis. Nos séculos XVIII e XIX, as crianças já

participavam do trabalho junto com os adultos, especialmente depois que deixavam de ser amamentadas.

De acordo com os dados do ECA, o entendimento da época, sobre o “menor em situação irregular é aquele que se encontrava abandonado materialmente, vítima de maus-tratos, em perigo moral, desassistido juridicamente, com desvio de conduta ou o autor da infração penal”.

A lei conhecida como Código de Menores surgiu em 1927, essa lei estabeleceu que o jovem é penalmente irresponsável até os 17 anos e que somente a partir dos 18 responde por seus crimes e pode ser condenado à prisão. Foi a primeira lei do Brasil dedicada à proteção da infância e da adolescência.

Contemporaneamente, a criança é vista como um sujeito de direitos, a infância é construída social e historicamente, participam de diversas esferas da vida social de forma mais engajada. Tem uma relação com a família, amigos, comunidade, escola e direito da aprendizagem e educação. Importante destacar que, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) enumera os direitos à igualdade, à proteção, a alimentação, moralidade, a assistência médica, direitos a nome e a nacionalidade, a educação e a cuidados especiais para as que necessitam (Ariés 1986).

Sendo assim, a criança assumiu o seu papel de cidadã e teve acesso a vários direitos previstos e consolidados por leis. No Brasil, após a Constituição Federal de 1988 (CF, 1988), também conhecida como constituição cidadã, houve a conquista de atendimento e assistências em creches e escolas, o Estado reconheceu a educação infantil como seu dever e responsabilidade. Conforme relatado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), o atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças se afirma na CF 88, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação. Esse reconhecimento foi um marco significativo, pois assegurou que todas as crianças pudessem ter acesso a uma educação de qualidade desde a primeira infância, promovendo o desenvolvimento integral e a igualdade de oportunidades (Brasil, 1988).

Após essas mudanças, diversas atualizações foram concebidas. Entre elas a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394 de 1996 que estabelece as normas e fundamentos para a educação em todos os níveis e modalidades no Brasil, sendo um marco extremamente importante na história da educação brasileira, que visa a melhoria e evolução contínua do sistema educacional. A lei classifica a educação infantil como a fase inicial da educação básica, destinada ao desenvolvimento completo das crianças até 5 anos. De acordo com a LDB, essa etapa deve ser disponibilizada em creches para crianças até 3 anos e em pré-

escolas para aquelas de 4 e 5 anos. Conforme mencionado no Art. 29 da LDB, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social; assim como, no Art. 30 fica relatado que a educação infantil será oferecida em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos de idade (Brasil, 1996).

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estão presentes as classificações de criança, onde são consideradas crianças para os fins desta Lei, as pessoas menores de 12 anos e os adolescentes são as pessoas entre as idades de 12 e 18 anos. Portanto, no artigo dezesseis, a criança tem direito à liberdade, que inclui diversos aspectos, inclusive o brincar, se exercitar e se divertir. No artigo cinquenta e nove, cabe aos municípios, com apoio estadual e da União, destinar recursos e espaços e viabilizar programas culturais, esportivos e recreativos para crianças e adolescentes. O Referencial Curricular Nacional para a Educação nos informa que:

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança, desde muito cedo, pode se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde ter determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. A fantasia e a imaginação são elementos fundamentais para que a criança aprenda mais sobre a relação entre as pessoas (Brasil, p. 22, 1998).

O direito de brincar é garantido por lei, porém, muitas crianças não podem exercê-lo devido a condições adversas em seus ambientes. Na escola, é essencial garantir esse direito, e os educadores desempenham um papel fundamental na sua promoção.

Ainda no campo do progresso e desenvolvimento, voltamos a retomar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB) fixa as normas e estabelece as orientações pedagógicas que devem ser adotadas nos planos educativos para crianças de até cinco anos. Esta Resolução criou uma base sólida e padronizada para que as instituições de ensino infantil possam operar, assegurando que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida. Essa padronização é fundamental para reduzir as desigualdades educacionais e promover o desenvolvimento integral das crianças, preparando-as para o futuro. Além disso, ao alinhar as diretrizes com as necessidades locais e comunitárias, a resolução também promove uma educação mais inclusiva e equitativa. Um exemplo claro desses benefícios está no Art. 6º inciso IV - promover a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância (Brasil, 2009).

Essas diretrizes e regulamentações não apenas garantem acesso universal à educação infantil, mas também estabelecem um padrão de qualidade que contribui para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. A educação infantil é vital para o desenvolvimento integral das crianças, e o brincar, como atividade central na infância, é essencial para essa formação. As crianças agora são vistas e tratadas como cidadãos com direitos assegurados, reflexo de sua importância na sociedade. Essas políticas são um salto rumo a um desenvolvimento e um futuro em que todas as crianças tenham a oportunidade de prosperar e se desenvolver igualmente.

Dentro do aspecto social, entende-se que o impacto do ambiente social, incluindo família, amigos, cultura e condições socioeconômicas. As interações sociais e o contexto cultural são fundamentais para a formação da identidade e do bem-estar do indivíduo, pois, é através das relações sociais e das trocas sociais que o homem aprende. Vygotsky (2012) defende que o desenvolvimento e a aprendizagem estão inter-relacionados desde o momento do nascimento, pois, o meio físico ou social influencia no aprendizado das crianças de modo que chegam às escolas com uma série de conhecimentos adquiridos. Desse modo, o brincar pode contribuir para o desenvolvimento social infantil, ao oferecer espaço para o desenvolvimento do suporte, à construção da personalidade, a interação social, as relações, no desenvolvimento da criatividade, e aprendizagem.

A compreensão da infância como um período construído historicamente levou à formulação de legislações específicas para proteger os direitos das crianças e garantir sua participação ativa na sociedade. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece prerrogativas fundamentais, assegurando o direito à proteção e igualdade até o acesso à educação e assistência médica. A partir da Constituição Federal de 1988, a educação infantil foi reconhecida como um dever do Estado, reforçando a necessidade de atendimento adequado em creches e escolas.

Esse avanço normativo ficou evidente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), que consolidaram a importância de políticas públicas voltadas para garantir educação de qualidade desde a primeira infância (Brasil, 1988).

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) fortaleceu essa garantia ao definir a educação infantil como etapa inicial da formação básica, determinando sua oferta tanto em creches quanto em pré-escolas, conforme estabelecido nos artigos 29 e 30 da legislação (Brasil, 1996).

Entretanto, apesar do respaldo jurídico, diversas barreiras persistem na efetivação desses direitos. A carência de espaços lúdicos adequados em regiões socialmente vulneráveis acaba

por restringir a vivência do brincar, reforçando desigualdades no desenvolvimento infantil. Diante desse cenário, é fundamental que políticas públicas sejam implementadas com eficiência, garantindo que todas as crianças tenham acesso a ambientes propícios para o crescimento saudável e a formação integral. Assim, o reconhecimento do brincar como um direito essencial deve ser mais do que um princípio legal, deve se traduzir em ações concretas que assegurem equidade no desenvolvimento infantil.

Após abordarmos o contexto histórico da infância e sua importância no processo de desenvolvimento, bem como as contribuições do brincar para a formação integral da criança, torna-se fundamental refletir sobre a realidade educacional e social vivida por muitas delas no Brasil. De acordo com dados do IBGE, em 2021, 17% da população brasileira era composta por crianças. No entanto, essa representatividade não se traduz em 100% de matrículas na rede pública ou privada de ensino.

O Censo Escolar de 2019 revelou que o estado do Maranhão possuía 1.993.909 crianças matriculadas, número que caiu para 1.927.085 em 2020, representando uma redução de 66.824 matrículas. Mesmo com uma quantidade expressiva de 1.683.627 alunos registrados nas redes públicas estadual e municipal, observou-se um decréscimo nas matrículas (IBGE, 2020), revelando um cenário preocupante de evasão ou exclusão escolar. Um dos fatores que mais contribuem para essa realidade é a renda familiar, crianças e jovens de famílias com menor renda apresentam maior probabilidade de estarem fora da escola.

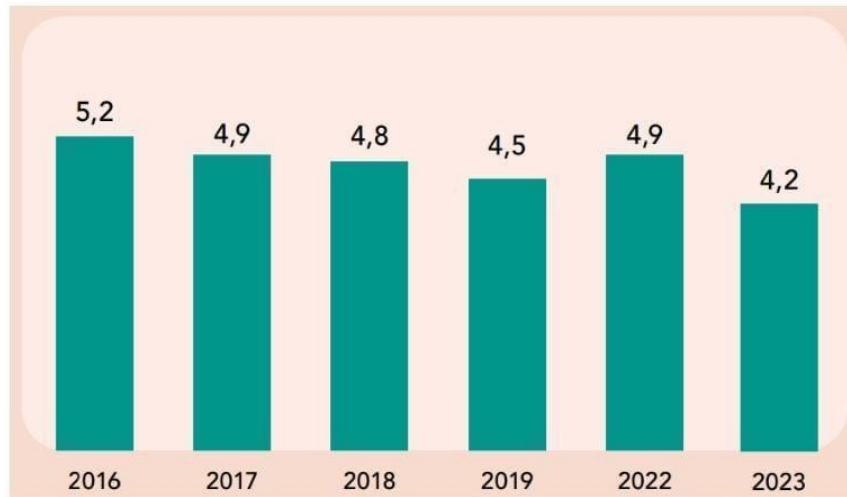
Essa exclusão muitas vezes pode estar associada ao trabalho infantil, prática que não apenas nega o direito à infância, mas compromete o desenvolvimento integral dos jovens, afetando diretamente o futuro da sociedade. Como alertam Oliveira e Magalhães (2017), um país que aceita o trabalho infantil está sujeito ao retrocesso econômico e social, reforçando a urgência de políticas públicas eficazes e de proteção jurídica que valorizem a infância.

O Brasil tem feito esforços contínuos para enfrentar essa problemática. A criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), com foco em transferência de renda e ações sociais, somado ao Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), são marcos importantes nesse processo. A Emenda Constitucional nº 20, de 1998, estabeleceu a idade mínima de 16 anos para o trabalho, permitindo a aprendizagem profissional a partir dos 14. Além disso, o país ratificou as Convenções da OIT nº 138 e nº 182, que tratam da idade mínima para o trabalho e das piores formas de trabalho infantil, respectivamente, impulsionando uma série de ações governamentais e de organizações não governamentais (BRASIL, 1999, 2002).

Desde 1996, os programas de transferência de renda têm sido instrumentos importantes no enfrentamento da pobreza e do trabalho infantil. Em 2023, a Pesquisa Nacional por Amostra

de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE, apontou uma queda de mais de 14% no número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil em comparação com o ano anterior o menor patamar desde o início da série histórica (Figura 1).

Figura 2: número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil 2016-2013



Fonte: IBGE, 2024.

Paralelamente, o combate à insegurança alimentar também se mostra essencial para garantir os direitos das crianças. A promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006 conferiu ao poder público a responsabilidade de assegurar e monitorar a segurança alimentar da população (BRASIL, 2006). Em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome da FAO, resultado de políticas sociais e intersetoriais que reduziram a insegurança alimentar a 14,7 milhões de domicílios — o menor índice em décadas. No entanto, os avanços sofreram retrocessos: dados de 2017/2018 mostram que o número de famílias em insegurança alimentar voltou a crescer, alcançando 25,75 milhões de domicílios, sendo 3,1 milhões em situação grave (IBGE, 2020).

De acordo com o artigo “Atenção Primária e o direito humano à alimentação no contexto de insegurança alimentar e nutricional no Brasil”, publicado na revista Nutrivisa da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Em 2023, a FAO - “Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura”, a partir da publicação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) no qual o poder público passa a ter o dever de garantir e monitorar a segurança alimentar da população (Brasil, 2006). Confirma através dos monitoramentos que o Brasil voltou ao Mapa da Fome. Sendo verificado através das investigações com pesquisa nacional conduzida antes da pandemia de COVID-19 já indicava esse agravamento: 47,1% dos domicílios com crianças menores de cinco anos apresentavam

algum grau de insegurança alimentar, com índices alarmantes nas regiões Norte (61,4%) e Nordeste (59,7%) (UFRJ, 2021).

### **O brincar como ferramenta superação da desigualdade social**

A psicologia do desenvolvimento tem evidenciado como o brincar está diretamente ligado à formação da identidade, à socialização e ao desenvolvimento cognitivo das crianças. Os autores de referência escolhidos, como Vygotsky, Wallon e outros, mostraram como o brincar auxilia na integração de aspectos biológicos, psicológicos e sociais.

Vygotsky (1988), citado por Rolim, Guerra e Tassigny (2008), pontua que o brincar é um espaço de desenvolvimento da imaginação, da linguagem e das funções executivas. Enfatizando que, ao brincar a criança consegue operar além de seu comportamento imediato, internalizando regras e construindo autonomia. Assim, a brincadeira funciona como um mecanismo que favorece tanto o aprendizado quanto a adaptação social.

A psicologia reforça como o brincar está ligado ao desenvolvimento da coordenação motora e a capacidade de resolução de problemas. Além de que, psicologicamente o brincar reforça a autoestima e promove a gestão de emoções. Também é importante falar sobre a Ludoterapia utilizada amplamente nos atendimentos infantojuvenil. Jogos, brinquedos e brincadeiras simbólicas funcionam como ferramentas de expressão emocional e comunicação, permitindo que as crianças externalizem sentimentos difíceis e desenvolvam habilidades sociais. Nesse contexto, o lúdico se torna uma ponte para a compreensão e intervenção em questões psicológicas.

Além disso, o brincar tem papel significativo na construção da identidade cultural da criança. Os estudos apresentados sobre comunidades específicas, como ribeirinhas e indígenas, revelam que o brincar carrega significados profundos e perpetuar tradições culturais, reforçando laços comunitários e promovendo a inclusão social. O lúdico, nesses casos, transcende a esfera individual e se torna uma experiência coletiva, na qual a criança aprende sobre sua cultura e seu pertencimento na sociedade.

A partir da perspectiva de Vygotsky é possível perceber que o brincar é o elemento central para o desenvolvimento infantil. Com o brincar a criança introduz elementos da cultura, aprende e se desenvolve. A partir disso, defende-se a necessidade desse espaço para as crianças possam se desenvolver não apenas na perspectiva pedagógica, mas também como sujeitos que compreendem o mundo e encontram caminhos para superar adversidades, principalmente aquelas que enfrentam fome e outras dificuldades. As barreiras socioeconômicas são obstáculos

impostos por fatores econômicos (como falta de dinheiro) e sociais (como acesso limitado à educação, moradia precária ou discriminação).

Mesmo compreendendo que o brincar apresenta um potencial inclusivo significativo, como exemplificado na comunidade dos Ribeirinhas, ele constrói pontes entre culturas, promove a aceitação e valoriza a diversidade. É importante discutir o brincar não apenas como um espaço de pertencimento e vivência, mas também como um mediador do desenvolvimento infantil, permitindo que as crianças criem vínculos, expressem-se e construam sua identidade por meio da ludicidade.

Nas comunidades ribeirinhas, o brincar é mais do que diversão, ele é parte da cultura, do aprendizado e dos laços que se formam entre as crianças. No entanto, mesmo diante da riqueza dessa vivência, muitas dessas comunidades enfrentam barreiras socioeconômicas que afetam diretamente o direito ao brincar. São dificuldades causadas pela escassez de recursos, distância dos centros urbanos, dificuldade de acesso à educação de qualidade, saúde e até mesmo espaços seguros para brincar. Muitas famílias lidam com a falta de renda, transporte limitado e ausência de políticas públicas que garantam o desenvolvimento pleno das crianças.

Ainda assim, mesmo diante dessas dificuldades, o brincar resiste. As crianças ribeirinhas criam brinquedos com elementos da natureza, inventam jogos na beira do rio e transformam a paisagem em cenário de imaginação. O brincar se torna uma forma de expressão, liberdade e alegria, mesmo onde os recursos são escassos. Valorizar o brincar nesses contextos é também reconhecer essas barreiras e buscar formas de superá-las, garantindo que toda criança tenha o direito de brincar com segurança e dignidade.

Nesse contexto, destacam-se os brinquedos artesanais feitos de miriti, que representam mais do que simples objetos lúdicos. Eles atuam como instrumentos de socialização e como parte da cultura das comunidades ribeirinhas, transmitindo ancestralidade e ensinamentos. O miritizeiro (*Mauritia Flexuosa*) é uma palmeira da Região Amazônica, cujo fruto é amplamente utilizado na confecção de brinquedos, como destaca Silva (2012). Segundo Loureiro (2012, apud Silva, 2012, p. 45), os brinquedos das comunidades ribeirinhas são, em sua grande maioria, feitos da polpa da bucha de miriti, material abundante na região. Compreender o significado desses brinquedos é reconhecer que eles carregam elementos essenciais da vida humana (ludicidade, cultura, identidade e religiosidade), tornando-se mais do que meros objetos de consumo, mas sim formas de expressão e conexão com o mundo.

Ao relacionarmos esses aspectos com a psicologia, entendemos que o brincar é uma linguagem própria das crianças. Por meio dele, elas aprendem, criam vínculos e constroem sua

forma de ver o mundo. No entanto, esse direito fundamental frequentemente é ameaçado pelas barreiras socioeconômicas que permeiam o cotidiano dessas comunidades.

Essas barreiras, como a falta de acesso à educação de qualidade, à saúde, a espaços seguros ou a condições básicas de vida, afetam diretamente o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, a psicologia se destaca como uma aliada essencial, pois reconhece que o brincar vai além da recreação, atuando como ferramenta fundamental para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças.

Mesmo diante de tantas dificuldades, o brincar persiste. Quando uma criança transforma um pedaço de madeira em barco ou inventa histórias nas margens do rio, ela está criando, sonhando e se fortalecendo. A psicologia valoriza essa resistência, apoiando o direito de toda criança brincar, ser ouvida, cuidada e respeitada, independentemente de onde viva.

Ainda que o brincar tenha um potencial inclusivo e educativo, ele não atua isoladamente na promoção da igualdade social. Seu impacto depende da articulação com outras estratégias, como acesso à educação, políticas públicas e condições dignas para o desenvolvimento das crianças. O brincar, portanto, faz parte de um conjunto maior de ações que buscam superar desigualdades socioeconômicas, promovendo oportunidades para que as crianças em diferentes contextos possam crescer em ambientes favoráveis ao seu pleno desenvolvimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada evidenciou o papel do brincar como uma ferramenta essencial na superação de desigualdades socioeconômicas, destacando sua influência no desenvolvimento infantil e na construção de vínculos sociais e culturais. Durante a busca, identificamos uma produção acadêmica restrita sobre esse tema dentro da base de dados consultada (Periódicos CAPES), o que reforça a necessidade de aprofundar discussões sobre o brincar em diferentes contextos de vulnerabilidade. No entanto, essa limitação da busca não altera a relevância dos achados desta pesquisa, mas sim complementa nossa argumentação ao evidenciar que ainda há espaço para expandir estudos sobre essa temática.

Por outro lado, entendemos as limitações deste estudo. A exclusão de fontes internacionais limita uma visão mais ampla sobre a relação entre o brincar e a superação de desigualdades em diferentes contextos sociais. Além disso, optamos por considerar os materiais publicados nos últimos dez anos, entre 2016 e 2025, priorizando estudos mais recentes que abordam o tema de forma atualizada.

Através deste trabalho, buscamos explorar como o brincar influencia no desenvolvimento infantil, considerando que esse tema tem sido amplamente pesquisado e

debatido na literatura acadêmica. Os estudos analisados demonstram que o ato de brincar não é apenas uma atividade recreativa, mas uma ferramenta fundamental para a construção da identidade infantil, promovendo o desenvolvimento biopsicossocial e fortalecendo a relação da criança com o ambiente social e físico.

Além disso, foi possível perceber, a partir dos autores consultados, que o brincar é amplamente defendido como um direito fundamental da infância. Os discursos acadêmicos reforçam sua importância, destacando que ele não apenas contribui para o aprendizado e a socialização, mas também atua como um mecanismo de proteção e desenvolvimento integral. Entretanto, apesar do reconhecimento legal e teórico da relevância do brincar, persistem desafios na implementação de políticas públicas que garantam sua aplicabilidade em contextos de vulnerabilidade social.

Diante disso, é essencial que práticas pedagógicas sejam aprimoradas e que iniciativas governamentais ofereçam estruturas adequadas para que todas as crianças tenham acesso a espaços lúdicos de qualidade. O brincar deve ser visto não apenas como um direito, mas como um instrumento de transformação social, capaz de reduzir desigualdades e promover um desenvolvimento mais equitativo.

Além de seus benefícios diretos para o desenvolvimento infantil, o brincar se configura como uma ferramenta de transformação social, contribuindo para a redução da desigualdade social ao possibilitar o acesso igualitário a vivências fundamentais para o aprendizado, a criatividade e a interação comunitária. Sendo assim, o lúdico quando integrado a políticas públicas pode atuar como um mecanismo de inclusão e empoderamento, promovendo oportunidades educacionais mais equitativas.

Este estudo pode abrir caminho para futuras pesquisas que aprofundem essa perspectiva, investigando como o brincar pode ser aplicado de maneira estratégica para romper barreiras sociais e culturais. Acreditamos que essa abordagem pode contribuir significativamente para a construção de políticas e práticas mais inclusivas, assegurando que toda criança tenha a oportunidade de vivenciar plenamente sua infância.

## REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARRETO, Ângela Rabelo et al. Alcançar os excluídos da educação básica: crianças e jovens fora da escola no Brasil. *Série Debates Educação*, n. 3, 2012.
- BRANDÃO, Priscilla Pantoja; BRITO, Ângela do Céu Ubaiara. A cultura infantil ribeirinha: o brincar e os brinquedos no cotidiano da comunidade de Arraiol/Bailique-AP, 2018.
- BRASIL. Departamento de Política da Educação Fundamental; BRASIL. Coordenação Geral de Educação Infantil. Referencial curricular nacional para a educação infantil: Conhecimento de mundo. MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 DEZ. 1996. Seção 1, p. 27833.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 dez. 2009.
- FAUSTINO, Rosângela Celia; MOTA, Lucio Tadeu. Crianças indígenas: o papel dos jogos, das brincadeiras e da imitação na aprendizagem e no desenvolvimento. *Acta Scientiarum. Education*, v. 38, n. 4, p. 396-404, 2016.
- FEDERAL, Governo et al. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei federal, v. 8, 1990.
- GARANHANI, Marynelma Camargo. O Movimento da Criança no Contexto da Educação Infantil: reflexões com base nos estudos de Wallon. *Revista Contrapontos*, v.5, n.1, p.81-93, 2005.
- GARDINER, H. W., KOSMITZKI, C. (2011) *Lives across cultural: Cross-cultural human development* (5a ed.). Boston, MA: Allyn & Bacon.
- GOMES, Lauren Beltrão et al. Pesquisas transculturais em psicologia do desenvolvimento: considerações teórico-metodológicas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 70, n. 1, p. 260-275, 2018.
- MARTINS, Lucina Cristina Pupo; DE LA IGLESIA, Yara Rodrigues. A infância, o brincar e a educação infantil: um olhar da sociologia da infância. *Cadernos Acadêmicos Unina*, v. 2, n. 2, 2022.
- RIBEIRO. K. R. R., MATOS. L. S, PINHEIRO. W. C., Lúdico e a interculturalidade para a inclusão: uma etnografia junto a indígenas Warão em Belém-PA. *Habitus*, 2023.
- RIVERO, Andréa Simões; ROCHA, Eloísa Acires Candal. A brincadeira e a constituição social das crianças em um contexto de educação infantil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, p. e240063, 2019.

- RODRIGUES, Anna Beatriz Garcia; SHIOTA, Hanae Caroline Quintana. O trabalho infantil: o contexto brasileiro a partir dos dados do IBGE com vistas à meta 8.7 dos ODS. Multitemas, p. 73-80, 2025.
- ROLIM, A. A. M.; GUERRA, S. S. F.; TASSIGNY, M. M. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. Revista Humanidades, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 176-180, jul./dez. 2008.
- SHIRAEY, E. B., & LEVY, D. (2016). Cross-cultural psychology: Critical thinking and contemporary applications. New York, NY: Routledge.
- SILVA, Ângela Cristina Pereira da. A importância do brincar na educação infantil. Sinop: Revista Even. Pedagóg., v. 10, n. 1 (26. ed.), p. 59-69, jan./jul. 2019.
- SILVA, Joanilde da; PRADO, Joelma Auxiliadora Soares do; MARQUES, Katiúscia Cristina Costa; ALCÂNTARA, Laura Yule de Alencar; SCHNORR, Marilene Maria; GONDIM, Silmara Francisca. As brincadeiras no ensino-aprendizagem na educação infantil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE, São Paulo, v. 8, n. 08, ago. 2022.
- SILVA, N. A brincadeira e a constituição social das crianças em um contexto de educação infantil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 101-118, jan./mar. 2013.
- SILVA, V. R., PORDEUS, M. P., Jogos, o lúdico e a importância do brincar no processo de aprendizagem na educação infantil. Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. 2021
- SMITH, P., FISCHER, R., VIGNOLES, V.I., Bond, M.H. (2013) Understanding social psychology across cultures: Engaging with others in a changing world (2a ed.). London: Sage.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 191.